



**Relato da Reunião Ordinária do CD EPSJV
4 de abril de 2019**

PAUTA

Aprovação de cursos

Confirmando decisão da Câmara Técnica de Ensino e sugerindo alguns pequenos ajustes na forma de apresentação do plano de curso, o CD aprovou os cursos de Atualização Profissional em Ambiência, Segurança e Saúde para os Serviços de Saúde; e Especialização Técnica de Nível Médio em Mamografia, ambos oferecidos pelo Labman.

Emendas Parlamentares

O CD discutiu ainda outros dois cursos oferecidos pelo Lavsa que tinham como particularidade o fato de serem financiados com recursos de Emendas Parlamentares. O primeiro, de Qualificação Profissional em Saberes e Práticas Integrativas, Tradicionais e Complementares em Saúde, foi aprovado; o segundo, intitulado 'Desenvolvimento em Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento', já tinha sido aprovado em reunião anterior do CD, tendo sido objeto de nova pauta apenas a explicação mais detalhada sobre o seu orçamento.

A discussão sobre os dois cursos foi introduzida pela direção com uma contextualização sobre o trabalho atual da Escola com Emendas Parlamentares. A direção lembrou que a busca de recursos e parcerias por meio de Emendas Parlamentares foi uma das várias estratégias definidas coletivamente nos espaços de discussão e formulação do PPI. No último CD Fiocruz foi anunciado que, diante do cenário de cortes orçamentários, a instituição como um todo tem buscado financiamento para projetos por Emendas Parlamentares. Como iniciativa própria para este ano, a EPSJV tentou articular três emendas, mas conseguiu apenas duas – destas, uma, do deputado Wadih Damous, acaba de ter os recursos suspensos a partir do decreto de contingenciamento do governo federal.

A direção ressaltou, no entanto, que, mesmo antes, a Escola vinha recebendo Emendas que não foram demandas, mas chegaram a partir da presidência da Fiocruz. E que, este ano, outras demandas já chegaram. A direção tem feito a gestão desse processo junto à Presidência. Um exemplo recente é o de uma Emenda da deputada Benedita da Silva no valor de R\$ 1,3 milhão que chegou para execução da Escola. A direção identificou, no entanto, que nem todas as ações contidas no projeto eram pertinentes e cuidou para que os recursos e as demandas que não tivessem um objeto claro em relação ao trabalho da Escola fossem encaminhadas à Presidência para que esta redistribuísse de acordo com o perfil da demanda. Assim, a direção tem defendido junto à presidência que haja uma gestão mais orgânica desse processo.

Feita essa contextualização, a direção explicou que as emendas são uma novidade, que trazem novos desafios e ansiedades para a Escola. Principalmente porque é

preciso conciliar as obrigações e limites institucionais com as demandas dos movimentos sociais envolvidos nas emendas, que muitas vezes requerem uma agilidade difícil de atender. Para a direção, isso provavelmente explica as dúvidas que surgiram na apreciação do curso de Desenvolvimento em Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento, que estava voltando a ser debatido no CD depois de já ter sido aprovado no Conselho e, antes, discutido na Câmara Técnica de Ensino. A direção reafirmou que esse debate mais detido dos cursos deve acontecer na Câmara Técnica de Ensino para diminuir o tempo de discussão no CD.

A chefe de gabinete concordou e disse que é preciso discutir o que está acontecendo com esse espaço da Câmara que justifique que essa discussão não esteja acontecendo lá a contento, de modo a ter que ser trazida para o CD. Partindo da experiência do projeto de Emenda Parlamentar do qual ela participa, explicou ainda que a forma como o orçamento desses projetos é liberado difere inteiramente dos TEDs (Termos de Execução Descentralizada), com os quais a Escola está habituada. E ressaltou que isso tem reflexos diretos sobre a execução do plano de trabalho, citando, como exemplo, duas oficinas que precisavam acontecer antes do início do curso, mas não havia ainda recurso. Para não atrasar o cronograma, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), parceiro na iniciativa, custeou as oficinas. E esse tipo de situação coloca à equipe de coordenação a tarefa de ajustar o cronograma, o orçamento e o planejamento do curso, respeitando sempre a legalidade e os limites do serviço público.

O coordenador do Labgestão opinou que o problema não era o espaço da discussão, mas a complexidade dessa gestão. Afirmou ainda que seu laboratório não está convencido de que desenvolver projetos via Emenda Parlamentar seja uma boa estratégia. Ele destacou o modelo como fácil de ser questionado juridicamente. Disse que temos que manter nossa tendência à solidariedade com as demandas dos movimentos sociais, mas não por meio de emendas. Reforçou o argumento, ainda, dizendo que, com o orçamento impositivo, as emendas parlamentares retiram recursos do orçamento ordinário de áreas como educação e saúde.

A direção comentou que aquela era uma análise de conjuntura, que apontava contradições reais, mas que costumamos lidar com contradições. Esclareceu que a emenda não retira orçamento diretamente da Escola e lembrou que essa estratégia foi definida coletivamente no processo de construção do PPI. O coordenador do Labgestão reafirmou que não concorda com esse caminho e a direção respondeu que o Laboratório esteve presente nas assembleias e CDs ampliados em que o PPI foi discutido e naquele momento é que essa discussão deveria ter sido levantada.

Sobre o melhor espaço para se discutirem esses cursos, o coordenador do Laborat disse que houve problema nas Câmaras Técnicas anteriores e que, embora a responsabilidade seja coletiva, a Câmara tem uma direção, que também é responsável por isso. Ele citou o curso que tinha acabado de ser aprovado pelo CD cujo plano de curso demandava pequenas correções que não foram feitas durante seu processo de discussão na CT. Ele lembrou que os planos de cursos eram revisados pela vice-direção antes de serem apresentados na Câmara Técnica e disse que agora parece que isso não acontece mais. Argumentou, ainda, que espaço consultivo é diferente de deliberativo. O coordenador do Laborat disse ainda que acha positivo a Escola começar uma discussão sobre as emendas parlamentares, tendo vista as grandes diferenças em relação a projetos desenvolvidos ordinariamente pela Escola. Por fim, ele esclareceu que a gestão do curso financiado com dinheiro de emenda parlamentar que está no Laborat é da direção, feito pela chefe de gabinete, Anamaria Corbo.

O vice-diretor de ensino e informação respondeu que o processo de apreciação de cursos pela Câmara Técnica de Ensino não sofreu mudanças, exceto pelo fato de contar hoje com uma equipe menor na vice-direção. Disse que era preciso pensar coletivamente sobre as exigências cada vez maiores que a análise de cursos e projetos colocavam para a Escola e reconheceu que esse processo precisa de um permanente esforço de melhoria.

O representante do Lateps ressaltou que o pedido da coordenadora do seu laboratório para retomar a pauta do curso 'Pedagogia das Águas' foi no sentido de aprofundar a discussão sobre o projeto, mas sem atrapalhar a sua continuidade, tanto que ela própria defendeu sua aprovação na primeira reunião em que ele foi apresentado. Lembrando sua participação na comissão que tocou o processo de construção do PPI, ele destacou que adotamos a busca de emendas parlamentares como caminho não porque somos a favor delas, mas exatamente porque somos contrários e, com isso, fazemos um esforço para que esse mecanismo seja usado para fortalecer as instituições públicas. Ele reconheceu que é contraditório, mas é necessário na conjuntura que vivemos. Esclareceu ainda que as emendas parlamentares não impactam o orçamento específico da EPSJV, mas, quando vêm do Ministério da Saúde, influenciam o orçamento da Fiocruz como um todo. Por isso, disse, o ideal seria termos emendas relacionadas a outros ministérios. Ele defendeu ainda que esse processo de demandar e aceitar emendas tem que ser fruto de negociação e articulação política via Gereb, que tem essa função em Brasília, por exemplo. Por fim, sugeriu que esse tema das emendas parlamentares seja discutido separadamente e não vinculado à aprovação dos cursos financiados com recursos oriundos dessa fonte.

O coordenador do Lavsa destacou sua concordância com os comentários do representante do Lateps – que neste momento foi substituído pela coordenadora do laboratório. Lembrou que o Labgestão sempre foi parceiro do Lavsa em projetos desenvolvidos com movimentos sociais e que por isso deveria saber a complexidade e particularidades que eles trazem. Disse que o nível de questionamento sobre o curso está gerando um constrangimento para o seu grupo de trabalho. Ele convidou o coordenador do Laborat para comparecer a uma reunião da CPP (Coordenação Político-Pedagógica) desses cursos que acontecem em parceria com movimentos sociais para entender essa forma colegiada de atuação e sugeriu que ele poderia estar mais bem informado sobre o que está acontecendo, já que um desses cursos acontece no seu laboratório. Defendeu que não se pode comparar orçamento de projetos com recursos externos (por exemplo, de emenda parlamentar) com processos regulares tocados pelos laboratórios, sob o risco de se cair em armadilhas como, por exemplo, discutir um "custo per capita" de aluno na Escola. Ele destacou processos políticos que geram maior complexidade a esse trabalho, como, por exemplo, conflitos associados aos movimentos sociais no território em que o projeto será desenvolvido – caso real do território em que acontecerá o curso 'Pedagogia das Águas' em parceria com o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB). Segundo ele, isso tem interferência direta no cronograma e no orçamento do projeto, mas não tem como estar expresso no plano de curso.

A coordenadora do LIC-Provoc lembrou que a opção por buscarmos emendas parlamentares para serem desenvolvidas pela EPSJV se deu num quadro de insegurança orçamentária que permanece. Destacou ainda que os tempos políticos são distintos dos de uma instituição como a Fiocruz e que é nosso papel pensar nas tensões que isso traz para a execução de projetos financiados por emendas parlamentares. Ela alertou que, se não tivermos cuidado, isso pode trazer a luta parlamentar para dentro da instituição.

A coordenadora do Lires relatou que a Câmara Técnica de Ambiente da Fiocruz deu o mesmo informe que a direção da EPSJV sobre a gestão das emendas parlamentares na instituição. Ela disse que a Escola não sabia a complexidade disso e que o desafio agora é construir uma *expertise* para gerir esses processos. A coordenadora defendeu, por fim, que a Escola esteja atenta à lógica de quem executa, mas também de quem demanda, o que significa não negar automaticamente uma emenda que chegue à instituição só porque ela não foi demandada por nós. O processo, na sua opinião, deve ser avaliar e, se for o caso, ajudar a redistribuir a demanda, de modo que ela possa ser atendida.

A chefe de gabinete pediu desculpas aos conselheiros por tratar de um assunto que não deveria ser objeto do CD, mas disse que não poderia deixar de responder ao coordenador do Laborat, que havia dito que a gestão do curso de Desenvolvimento em Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento, financiado com recursos de emenda parlamentar, está na direção. Contou que foi procurada em janeiro pelo coordenador para tratar desse assunto e achou que tudo estava esclarecido, mas como esse questionamento surgiu novamente, em público, ela se sentia na obrigação de esclarecer para todo o CD. Ela relatou que ainda estava lotada no Laborat quando a demanda do curso chegou e, a pedido de outra professora-pesquisadora do laboratório, Grasieli Nespoli, ela aceitou coordenar o projeto. Nessa época, ela não tinha ainda sido convidada para a chefia de gabinete. Mais tarde, quando foi para a chefia de gabinete, aceitou manter a coordenação, mesmo sabendo que estava caindo numa contradição – porque esse não é papel da direção –, por “solidariedade aos companheiros” do antigo laboratório. Segundo ela, essa decisão foi discutida e aprovada no colegiado do Laborat. Ela explicou ainda que, como a Escola está desenvolvendo dois projetos no mesmo território (Cachoeira de Macacu), foi formada uma Coordenação Político-Pedagógica (CPP) com todos os professores envolvidos nos dois laboratórios que desenvolvem os cursos: Lavsa e Laborat. Assim, disse, nenhum documento foi assinado por ela sem ter sido submetido e aprovado pela CPP, de modo que nenhum processo de gestão foi feito isoladamente na direção. Disse, por fim, que diante do retorno a esse assunto numa reunião do CD, ela estava, naquele momento, entregando publicamente a coordenação do projeto para o Laborat.

A coordenadora de comunicação, divulgação e eventos lembrou que já há algum tempo existe uma discussão sobre o fato de a Fiocruz receber emendas parlamentares, mas fazer pouco a busca ativa por elas, de acordo com as suas próprias demandas. Ressaltou que, embora isso seja um problema, precisa ser encarado também como reconhecimento da Fiocruz, por parlamentares e movimentos sociais, como instituição comprometida e capaz de executar adequadamente as demandas. Ressaltou que a procura pela Fiocruz para a execução de emendas também se justifica pelo fato de, junto com o orçamento impositivo, ter sido aprovado um percentual mínimo de gasto de emenda parlamentar com a área da saúde. Por tudo isso, disse, a decisão da EPSJV de buscar emendas para projetos de seu interesse parece um avanço, além de ter sido tomada coletivamente, num processo que contou com assembleias e CDs abertos. E que a decisão foi não apenas para conquistar mais orçamento, mas também para ampliar as parcerias que protegem a instituição de intervenções externas, como foi argumentado no momento de construção do PPI. Classificou como complicada a postura de se criticar, posteriormente, decisões coletivas que contaram com ampla participação e que sequer foram questionadas na época. Ressaltou que as emendas parlamentares existem, a despeito da opinião e da vontade da instituição e, por isso, disputá-las em prol do trabalho que a Fiocruz e a EPSJV fazem significa lidar com as contradições sem cair na armadilha do “principismo”. Lembrou que esta não será a primeira vez que a EPSJV se encontra em situação semelhante, dando como exemplo os cursos do Proformar-Rio e Técnico em Agente Comunitário de Saúde que, com diferenças, foram desenvolvidos em parceria com a prefeitura contando

com a intermediação de organizações sociais (OS). Ter desempenhado seu papel formador nesses casos, disse, nunca fez a Escola mudar seu posicionamento público crítico às OS. Defendeu ainda que se tenha cuidado com falas que apontam possíveis questionamentos jurídicos porque a Escola já trabalhou com vários projetos com movimentos sociais e, mais recentemente, até com emenda parlamentar e não se tem notícia de que tenha aberto mão do rigor que sua condição de instituição pública impõe. Ressaltou que esse tipo de fala coloca um clima de desconfiança que arrisca paralisar a Escola, inibindo inclusive que trabalhadores aceitem participar e, principalmente, coordenar esses projetos. Informou, por fim, que a emenda parlamentar referente a um projeto de comunicação, que veio do ex-deputado Wadih Damous, e que seria coordenada por ela, encontra-se, neste momento, suspensa por ter sido contingenciada no contexto do decreto 9.711, emitido pela Presidência da República em fevereiro deste ano.

O vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional informou que, como decorrência daquele debate, a direção tentaria pautar no CD Fiocruz, que aconteceria no dia seguinte a possível concorrência das emendas parlamentares com o orçamento da Fiocruz.

O coordenador do Laborat disse que, apesar do "clima tenso", julgava aquela discussão importante e tinha sido esclarecido por várias falas que o seguiram. Respondeu à chefe de gabinete que, se tinha dado a impressão de que ele estava questionando sua participação no projeto do seu laboratório, ele retirava a fala e que sua intenção era dar ciência ao CD de que havia participação da direção na gestão. Ele lembrou que as emendas, em geral, viram projeto e disse que pode acontecer uma situação de a Escola ter dinheiro só para projetos externos e não para suas ações regulares. Por isso, perguntou se era possível, por exemplo, uma emenda não se tornar projeto, de modo a se protegerem os cursos da Escola. Disse, por fim, que os projetos financiados por emendas parlamentares devem ser analisados "sem paixão", como qualquer outro que tenha recurso externo.

O coordenador do Labgestão defendeu que a Escola crie cursos preparatórios para todo mundo, chamando especialistas que possam explicar os processos associados às emendas parlamentares. Disse que pode não ter se expressado da melhor maneira quando abordou os riscos de questionamento jurídico, esclarecendo que seu tom não era acusatório, mas sim de precaução. Ele reforçou que o Labgestão não está convencido de que essa seja a melhor estratégia. Defendeu que, se a discussão sobre o tema retorna, não é porque se fez um pacto no passado que não se pode rediscutir e mudá-lo.

Reiterando que a estratégia de buscar emendas visava também à proteção institucional pela ampliação das parcerias, a direção disse que gostaria que não restassem dúvidas de que todos os cuidados estão sendo tomados. Explicou que a direção está analisando a pertinência de todas as emendas que chegam à Escola e deu dois exemplos. O primeiro foi a emenda da comunicação, que veio num valor maior do que o solicitado, envolvendo ações associadas ao Levante da Juventude. Nesse caso, a direção identificou que o mesmo movimento tinha ações sendo desenvolvidas, também por emenda parlamentar, na Coordenação de Cooperação Social. Assim, reuniu-se com esse setor da Presidência e a proposta – antes da suspensão dos recursos pelo contingenciamento – era desmembrar as ações, para que a EPSJV ficasse apenas com a parte relativa à comunicação, que foi demanda nossa, sem prejudicar o acolhimento às demandas do movimento. Estava sendo verificado juntos aos órgãos de gestão a viabilidade técnica disso. O segundo exemplo refere-se à emenda parlamentar vinda da deputada Benedita da Silva para a Escola que, após análise, se constatou que nem todos os objetos previstos eram pertinentes à EPSJV. A direção entrou em contato com a presidência da Fiocruz e algumas ações já foram redistribuídas para outras unidades. A direção ressaltou, no

entanto, que esse é um exemplo da gestão prévia das emendas, mas que essa nova demanda, relativa às doulas, e outra que acabou de chegar, sobre práticas integrativas, ainda terão seu conteúdo e pertinência discutidos pelo CD.

Na parte da tarde, o Grêmio Politécnico (Tiago) pediu para fazer uma fala retomando o tema que tinha sido discutido na manhã. Explicou que seu comentário se referia àquele CD e à reunião anterior, extraordinária, que tratou do projeto de terceirização. Numa fala emocionada, lembrou que o CD era um espaço construído com muito custo, para debate, que não existe em qualquer lugar e que o que estava transparecendo, nessas duas últimas reuniões, era que "cada um estava indo para um lado", brigando por "picuinhas". Classificou a EPSJV como a "sua casa", onde ficam diariamente de 8h às 17h, e que fica "triste" de ver o que estava acontecendo e que isso estava constrangendo os alunos do Grêmio, que não sentiam à vontade para falar nesse ambiente. Destacou, no CD anterior, uma fala segundo a qual o vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional não estava sendo "transparente" na proposta de nova terceirização. Disse que não concordou com tudo que foi apresentado pela direção mas que não era correto dizer que estava faltando transparência.

Discussão e aprovação de cursos financiados por Emenda Parlamentar

O CD analisou o projeto do Curso de Qualificação Profissional em Saberes e Práticas Integrativas, Tradicionais e Complementares em Saúde, que é financiado por recursos de emenda parlamentar e conta com a parceria da prefeitura de Maricá, uma associação de Acupuntura e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio do seu setorial de saúde. O coordenador do Lavsa explicou que seu laboratório já está "territorializado" em Maricá pela atuação no projeto zika, por isso, já foram identificados os atores locais que podem contribuir com esse novo projeto. A coordenadora do Lateps disse que seu laboratório considerou o projeto muito bom, desde a apresentação na Câmara Técnica de Ensino, e que queria valorizar o orçamento apresentado, destacando o quanto a existência de um cronograma físico-financeiro ajuda a acompanhar o desenvolvimento do curso.

A coordenadora de cooperação internacional defendeu que a Escola adotasse mecanismos de monitoramento e avaliação ao final de todos os cursos. O risco, destacou, é que esses projetos financiados com recursos de emenda parlamentar sejam feitos uma vez apenas e não sejam repetidos. Com um processo de avaliação, eles podem ser ajustados e ficar disponíveis também para possível execução de instituições parceiras. A direção destacou que a CCI já vem realizando esse processo de avaliação – por exemplo, com o Plan de Mejora e agora com o curso do Uruguai. E destacou também a importância de se sistematizarem essas experiências, tal como foi feito com o curso técnico de meio ambiente, realizado no Ceará e Paraná, em parceria com o MST.

O curso foi aprovado com uma abstenção, do Labgestão.

Na sequência, o CD discutiu o Curso de Desenvolvimento Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia da Águas em Movimento, que já tinha sido aprovado em reunião anterior, mas com o compromisso de se voltar ao debate sobre a relação entre o orçamento e o planejamento apresentados.

O coordenador do Lavsa, que também é coordenador do projeto, lembrou que o curso tinha sido apresentado na Câmara Técnica de Ensino, elogiado e aprovado por unanimidade, com duas sugestões que eles consideraram muito pertinentes. Destacou ainda que essa aprovação se deu sem a apresentação do orçamento. Lembrou ainda que Edilene Pereira, que o representou na reunião do CD em que o tema foi pautado e que compõe a CPP do curso, já tinha tentado esclarecer as

primeiras dúvidas. Caracterizando-se como um sanitarista com experiência em trabalhar mais “na ponta”, ele lembrou que era a primeira vez que ocupava a posição de coordenador de laboratório e que não sabia que o curso deveria ser apresentado com orçamento. A direção esclareceu que historicamente essa nunca foi uma exigência. Ele argumentou que em projetos de saneamento que ele já coordenou, aprendeu que existem orçamento, orçamento executivo e expectativa orçamentária. Esclareceu, assim, que o orçamento enviado aos conselheiros depois de ter sido demandado foi o que entregou à Fiotec. Segundo ele, informado também pela experiência de trabalhadores do seu laboratório que estão mais acostumados com esses processos, havia o entendimento de que apenas uma expectativa orçamentária era necessária e possível de ser apresentada neste momento, principalmente porque, no trabalho com movimentos sociais, as mudanças são muito frequentes.

A coordenadora do Lateps lembrou que, em dezembro de 2018, quando o curso foi pautado no CD, depois de várias falas, ela pessoalmente defendeu que, em função da relevância, ele fosse aprovado. E sugeriu, complementarmente, que fosse enviado ao CD um cronograma e um orçamento, que faltavam na versão aprovada. Relatou que isso foi prontamente cumprido, mas que o orçamento recebido era muito agregado. Ela sentiu falta de um cronograma físico-financeiro e da discriminação dos itens de despesa a partir de alguns valores unitários. Ela exemplificou com o caso das bolsas que, como não se informa o valor unitário, leva à suposição de que todas são do mesmo valor, o que não necessariamente é verdade. Ela explicou que, diante disso, encaminhou um email à direção reconhecendo que o curso tinha sido aprovado e que sua demanda tinha sido cumprida, mas que gostaria de ter acesso a essa informação mais detalhada.

O vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional disse entender que o orçamento aceito pela Fiotec era suficiente para as análises internas. A coordenadora de comunicação, divulgação e eventos propôs um meio termo entre um projeto tão detalhado que interfere na autonomia da gestão e o modelo da Fiotec, reconhecendo, por experiência anterior, que ele, de fato, pode ser muito agregado e genérico. O vice-diretor de gestão disse que, nesse caso, a Escola deveria construir um padrão que servisse a todos os projetos. O coordenador do Labman lembrou que, no caso do projeto de radioterapia, ele apresentou à mesma Fiotec um orçamento muito detalhado.

O coordenador do Lavsa explicou que a opção foi ater-se apenas ao que era exigido porque o projeto, que tem a especificidade de acontecer em parceria com movimento social, ainda está em construção e, mais do que isso, porque o projeto como um todo vai muito além do plano de curso – como, segundo ele, o Lavsa faz historicamente. Explicou, por exemplo, que a ideia é que o projeto não se limite ao território (Cachoeira de Macacu), mas que realize, inclusive, um grande seminário nacional que permita replicar essa experiência em outros lugares, já que o movimento em questão, o MAB, também se organiza nacionalmente. Explicou que os gastos com passagem, por exemplo, se justificam principalmente por isso – que não está contemplado no plano de curso. Ele ressaltou que nenhum trabalhador do Lavsa está recebendo bolsa para participar do projeto e que as bolsas calculadas são para docentes (externos) mas também para outra ação prevista que vai além do curso: a produção de um livro. Buscando explicar as especificidades do processo de construção coletiva do projeto, ele explicou que o projeto apresentado na Câmara Técnica fala em 30 vagas, mas que hoje, depois de assinado um termo de compromisso pela prefeitura daquela cidade, já se sabe que se pode chegar a 150 vagas. Todos esses são elementos que não cabem no projeto escrito, disse, destacando que se trata de um processo muito distinto de um projeto financiado por agências de fomento, como o CNPq. Disse, ainda, que ele e seu laboratório

podem ser procurados diretamente por qualquer conselheiro que tenha dúvidas a esclarecer.

O coordenador do Labgestão disse que processo semelhante aconteceu com o Proformar nacional: a Funasa informou o total de recursos que tinha para formar agentes de combate a endemias e solicitou que a Escola montasse um projeto se adequando àquele orçamento. Por isso, também na época, o que foi enviado para a Fiotec eram valores agrupados, genéricos, e a coordenação do projeto ficava construindo a memória de cálculo o tempo todo. Ressaltou, no entanto, que acha pedagógico fazer essa discussão.

A coordenadora do Lateps disse que a contextualização e os exemplos que o coordenador do Lavsa tinha acabado de fornecer eram já uma apresentação, o que mostrava que dialogar sobre essa relação do orçamento com o projeto era interessante e pertinente. Disse que a explicação apresentada pelo coordenador do projeto já garante, do ponto de vista qualitativo, um outro nível de comprometimento do coletivo com o curso aprovado. Defendeu que esses processos têm que ser discutidos coletivamente, e não na mesa de um ou outro coordenador, porque as dúvidas não são curiosidades individuais. Sugeriu ainda que se construa um modelo de apresentação de orçamento para os projetos da Escola, sem engessamento, e que o orçamento passe a constar dos cursos a serem apresentados à Câmara Técnica de Ensino e CD. A direção disse que esta última sugestão já estava acatada.

O coordenador do Laborat concordou que a presença do orçamento é importante porque ele é parte do curso. Afirmou que o orçamento que foi encaminhado aos conselheiros não estava bem feito e disse que estavam trabalhando com dois textos, um escrito e um falado – na apresentação que acabava de ser feita – mas que, na prestação de contas, vale o escrito. Por isso, defendeu que as mudanças sejam atualizadas no plano de curso. Defendendo a valorização dos fóruns coletivos da Escola, concordou que esses temas não devem ser discutidos na mesa de nenhum coordenador e disse que ser gestor de um projeto com recursos de emenda parlamentar não significa receber uma “carta em branco”, devendo, portanto, satisfação aos colegas.

Respondendo à fala do coordenador do Laborat, a direção lembrou a discussão do turno da manhã e, principalmente, a fala do Grêmio no início da tarde para lembrar a importância do respeito ao trabalho coletivo, salientando que ninguém estava pedindo nenhuma “carta em branco”. Explicou ainda que, se qualquer trabalhador da EPSJV estivesse recebendo bolsa, por exemplo, isso seria discutido e aprovado pelo CD, conforme pactuação institucional.

O coordenador do Lavsa também manifestou incômodo com a referência à expressão “carta em branco” e explicou que não é correto afirmar que existe um texto escrito e outro falado, porque o que não está explicitado no plano de curso é porque precisa antes ser confirmado pelas negociações locais. Disse, ainda, que é evidente que a coordenação fará acompanhamento do orçamento.

Retirando a expressão “carta em branco”, que ele disse ter se arrependido de usar, o coordenador do Laborat esclareceu que seu laboratório não fez qualquer questionamento relativo ao pagamento de bolsa e, portanto, não entendia por que a direção tinha dado explicações sobre isso. A coordenadora do Lateps esclareceu que, em uma de suas falas iniciais, ela tinha dado o exemplo das bolsas como um elemento de despesa não explicitado no orçamento. O coordenador do Laborat reiterou que se referiu à existência de dois textos e não dois documentos e lamentou que o coordenador do Lavsa estivesse “chateado” porque estava ali

representando um laboratório e discutindo um projeto, não pessoas. O coordenador do Lavsa respondeu que estava também defendendo um projeto.

A chefe de gabinete explicou que havia uma confusão porque o plano de curso é uma parte do projeto, mas não sua totalidade. Defendeu que todo curso apresentado na Câmara Técnica – e não apenas os que são financiados por emenda parlamentar – contenham orçamento, por exemplo, para que se possa avaliar o impacto do gasto com hora-aula em cursos regulares da Escola, ainda mais em contexto de restrição orçamentária. Lembrou a informação dada por um assessora da vice-direção de gestão de que nem sempre há correspondência entre o projeto de um mesmo curso que é aprovado na Câmara Técnica de Ensino e o que depois chega para a área de gestão. Sobre a especificidade de se trabalhar com movimentos sociais, ela destacou como elemento importante a se considerar nos dois projetos que estão sendo desenvolvidos em parceria com o MAB que, desde que eles foram criados, o gestor da secretaria de educação já mudou duas vezes e, por isso, tudo teve que ser pactuado de novo. Ressaltou ainda que, como são cursos de demanda fechada, se se coloca uma meta e não se cumpre em função de algum processo alheio à decisão da Escola, isso traz problemas institucionais depois. Ressaltou que nem tudo cabe no papel mas que os relatórios parciais dos projetos conterão a discriminação do que foi executado porque as ações efetivamente acontecerão. Disse, ainda, que não discorda que esses temas sejam debatidos no CD, mas que o lugar para essa primeira discussão deve ser a Câmara Técnica de Ensino.

A coordenadora de comunicação, divulgação e eventos disse que se poderia pensar num formato de apresentação dos relatórios parciais dos projetos com recursos externos no CD, conforme eles fossem sendo construídos para a prestação de contas junto à Fiotec. O coordenador do Lavsa disse que seu laboratório é responsável por dez cursos hoje e que um processo como esse pode sobrecarregar a equipe e “asfixiar” o CD, fazendo com que se trabalhe mais para a gestão da Escola do que nos próprios territórios.

A coordenadora do Lateps defendeu que, para o futuro, com tempo para se amadurecer, a Escola chegue a um acordo sobre o que deve constar na apresentação de um orçamento de curso com recursos de emenda parlamentar, outros projetos, etc. O vice-diretor de gestão disse que seu setor pode propor um modelo padrão para apresentação dos orçamentos. Sobre a discussão em Câmara Técnica, ela disse se preocupar com o que chamou de “superinstâncias” e “superpautas”, defendendo que os projetos sejam avaliados pela gestão central da Escola antes de serem submetidos. E defendeu que passe a ser feita na Câmara Técnica uma apresentação final, junto com o balanço geral, dos projetos que foram aprovados quando eles forem concluídos. A direção lembrou que a fala da coordenação de cooperação internacional, sobre construir processos avaliativos ao final dos cursos, vai ao encontro da proposta da coordenadora do Lateps.

Vacância no Conselho de Política Editorial

O CD aprovou por unanimidade o nome de Gilcilene Barão, professora da UERJ, para compor o CPE, como membro externo, especialista na área de ‘Trabalho’.

INFORMES

Terceirização: Instrumento de Medição de Resultado

A direção apresentou os quatro indicadores de medição de resultado que constam do projeto de terceirização de professores que está sendo finalizado. Trata-se de uma nova exigência legal, definida numa Instrução Normativa. A opção foi criar

indicadores simples e objetivos, que já fizessem parte do processo de trabalho dos professores-pesquisadores da Escola. O não-cumprimento implica perdas de percentuais dos salários. Os indicadores, que podem variar de acordo com o cargo, são:

- 1 – Preenchimento do diário de classe
- 2 – Alimentação do SIGA
- 3 – Orientação de aluno
- 4 – Produção acadêmica.

A coordenadora do Lires disse que tentou enquadrar o terceirizado do seu laboratório naqueles indicadores, mas não conseguiu. Lembrou que seu laboratório dá aula em disciplinas de vários cursos da Escola mas não propriamente com diário. Sugeriu ainda enquadrar os cursos de qualificação profissional da Escola, oferecidos a alunos-trabalhadores dos serviços de saúde, como parte do indicador, já que o que tinha sido apresentado só contemplava o ensino médio e a pós-graduação. Sugeriu ainda trocar a expressão "produção acadêmica" por "produção técnico-científica".

O coordenador do Laborat disse que entende que exista uma Instrução Normativa mas parece que a Escola está implantando um processo que ela sempre criticou. Perguntou se o desconto, em caso de não cumprimento, se dá sobre a empresa ou sobre o salário das pessoas. Lembrou que esse instrumento não foi apresentado na Câmara Técnica de Gestão, disse não saber se a Representação dos Trabalhadores querará se debruçar sobre isso e que gostaria de ter tempo para discutir com o seu laboratório.

O coordenador do Labgestão perguntou se o TCU estabelece os parâmetros do instrumento ou se eles foram propostos pela Escola. Referindo-se ao primeiro indicador, lembrou que os diários não estavam liberados para preenchimento ainda, já com as aulas iniciadas. Destacou ainda que o trabalhador terceirizado do Labgestão não dá aula no ensino médio, perguntando se sua avaliação será feita pela coordenação de pós-graduação.

A coordenadora do Lateps perguntou se todos os indicadores se aplicam a todos os terceirizados e, em caso negativo, quais se aplicam a quem. Deixando claro que não queria naturalizar esse processo, ela lembrou que, por meio da avaliação de desempenho, os servidores também podem ter seus salários reduzidos. Perguntou, de todo modo, se a redução dos salários precisa ser em termos percentuais. E perguntou se o preenchimento do diário e do sistema precisa aparecer como dois indicadores distintos, já que significam a mesma coisa.

A coordenadora do LIC-Provoc disse que estava entendendo que essa era uma norma imposta à Escola, de fora para dentro. Destacou uma trabalhadora do seu laboratório que não é professora mas faz um trabalho com os estudantes do Provoc que precisa ser considerado como pedagógico. Defendeu que essa discussão sobre o instrumento de medição não se dê de forma separada do debate sobre a contratação de força de trabalho já no novo contrato. Por isso, defendeu que não se deveria tomar posição sobre aquele instrumento naquela reunião.

O coordenador do Labgestão alertou que ter a orientação de aluno como um indicador pode restringir a liberdade do estudante em escolher o seu orientador. Porque não se pode obrigar o aluno a ser orientado por quem ele não escolheu, mas o professor que não for escolhido será prejudicado na avaliação. Perguntou ainda se essa medição se dará ao final de cada ano de trabalho.

O representante do Latec lembrou que o curso de biotecnologia tem dois terceirizados na coordenação. Perguntado pela direção, ele confirmou que eles também dão aula – o que significa que podem ser avaliados pelos indicadores que se referem ao trabalho docente.

A direção reiterou que o objetivo foi medir o que há de mais simples e esclareceu que cada trabalhador deverá ser avaliado pelo índice vinculado as atividades por ele executadas. Respondeu que o instrumento é fechado – o modelo veio do TCU – e que ele tem que constar do contrato de terceirização. Disse que este instrumento, apresentado no CD, será enviado para os coordenadores dos laboratórios. O Vice-Diretor de Gestão completou dizendo que os indicadores que medirão os resultados de cada trabalhador serão selecionados de acordo com o cargo desse trabalhador no contrato. A coordenadora de comunicação, divulgação e eventos perguntou se seria possível dar a opção dos quatro indicadores para todos os cargos, de modo a garantir maior flexibilidade. O Vice-diretor de Gestão, em consulta posterior à área de Compras, informou que não, e ratificou que ao trabalhador serão aplicados os indicadores relativos ao cargo e à atividade desenvolvida por este, podendo ser aplicado um indicador, ou até mesmo os quatro, desde que sejam compatíveis com o Cargo. Ele informou ainda que esse instrumento já consta no edital, mas que pode ser modificado depois sem que precise voltar à análise da Procuradoria até a data da publicação.

O coordenador do Laborat perguntou se a meta tinha que ser objetiva. A direção respondeu que sim, não só objetiva como quantificável. O coordenador sugeriu que não se considerasse o número de meses como parâmetro para o indicador de orientação de aluno porque isso poderia, inclusive, gerar situações de atraso da defesa de estudantes.

O vice-diretor de ensino e informação explicou que os indicadores precisam refletir os cargos do projeto, que se referem à docência e à pesquisa. Assim, nos perfis em que se associam características de ensino e pesquisa, seria necessário ter pelo menos um indicador referente a cada uma dessas áreas. Esclareceu ainda que os fluxos continuam os mesmos. No caso dos diários, por exemplo, a secretaria escolar avisa os professores, a Cogetes e a vice de ensino quando há algum problema no preenchimento.

O coordenador de Administração leu uma parte da IN que determina essa nova regra. Explicou que a empresa pode ter a fatura glosada por não cumprimento das suas metas e, se isso acontecer, ela pode solicitar à Escola a informação sobre os trabalhadores que tiveram mau desempenho. A partir daí, a empresa pode notificar ou punir o trabalhador. A direção reiterou que, como é a Escola que informa a empresa sobre algum eventual não cumprimento de meta, há muitas mediações a serem feitas antes de qualquer punição.

A coordenadora do LIC-Provoc reiterou o pedido de que não se deliberasse sobre o instrumento naquela reunião porque o tema entrou fora da pauta e precisa ser acompanhado por um debate sobre a força de trabalho na Escola.

O vice-diretor de gestão respondeu que a discussão sobre força de trabalho precisa ser feita mas, para isso, é necessário um mapeamento do que é feito em cada setor. A direção lembrou que qualquer possibilidade de expansão depende do orçamento, por isso essa discussão não foi realizada ainda.

O coordenador do Laborat disse lamentar que o instrumento tenha sido incluído no projeto de terceirização sem discussão prévia e a coordenadora do Lateps perguntou se isso poderia ter sido discutido antes de o edital ter sido enviado para a Procuradoria. O Vice-diretor de Gestão informou que não houve tempo hábil para

preparar e apresentar antes, porque se tratava de uma norma implantada pelo governo no início deste ano, alguns dias do contrato de docência ter sido enviado à Procuradoria para análise, e reiterou que o instrumento poderia ser modificado até a data de sua publicação. A coordenadora do Lires sugeriu que ele seja discutido na Câmara Técnica de Gestão.

Conselho de Política Editorial: publicação de anais de eventos

A Direção apresentou um documento produzido pelo CPE que traz para debate a relevância da publicação de Anais de eventos da EPSJV na forma de livros apreciados pelo Conselho. A coordenadora do Lateps elogiou o documento mas destacou que, como ele não toma uma posição sobre o assunto, ela teme que se conclua que a proposta é não publicar mais anais, quando talvez a questão seja se é ou não pertinente que esse tipo de produção passe pelos mesmos trâmites dos outros livros. Por isso, propôs uma mudança no encaminhamento, que foi aprovada pelo CD: o coordenador do CPE deve comparecer à próxima reunião ordinária do CD para dar esclarecimentos e, apenas depois, os laboratórios discutirem o documento internamente.

Orçamento

A direção informou que participaria, no dia seguinte, de reunião chamada pela Presidência da Fiocruz para definir as diretrizes orçamentárias. A principal deve ser a limitação do orçamento de 2019 ao teto do ano passado.

Representação dos Trabalhadores

A Reprepoli informou que não houve candidatura para representantes de trabalhadores e que, por isso, o prazo seria prorrogado. Comentou como esse é um sinal negativo, de esvaziamento desse espaço. O coordenador do Labgestão perguntou se não seria o caso de se voltar ao modelo anterior, de candidatura e votação em assembleia, mas a própria Reprepoli e outros conselheiros lembraram que essa mudança foi construída por um grupo que se dedicou a isso e aprovada em assembleia. A coordenadora de cooperação internacional disse que, após a divulgação desse resultado pela Reprepoli, é tarefa de todos fazer a mobilização dos trabalhadores para se candidatarem, pela base.

Projeto RET-SUS

A direção informou que o projeto RET-SUS, que envolve o mestrado RET-SUS e a articulação entre essas escolas e as da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, foi prorrogado até dezembro de 2019. O coordenador do projeto se disse muito satisfeito com essa confirmação e disse que, com esse novo tempo, será possível organizar uma publicação de artigos relacionados aos trabalhos dos alunos do mestrado RET-SUS e realizar um seminário. Está prevista também a continuação das ações de articulação entre as duas redes, que deve culminar com uma oficina nacional.

Concurso Público

A direção lembrou que, conforme email enviado pela Cogepe dias antes, a Fiocruz tinha sido autorizada a chamar aprovados no último concurso público. Como consequência, a Cogepe solicitou que as direções das unidades enviassem a lista de CPFs que devem ser demitidos em troca dos novos servidores, já que se tratava de concurso de despreciação. A direção informou que encaminharia a lista que tinha recebido dos laboratórios na época do final do concurso.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Laborat) - convidada
André Malhão (Lateps) – parcialmente pela manhã
Bianca Borges (Lires)
Carlos Maurício Barreto (VDEI)
Cátia Guimarães (CCDE)
Daniel Groisman (Laborat)
Daniel Souza (Labform) – manhã e parcialmente tarde
Etelcia Molinaro (Latec)
Gilberto Estrela (Labgestão)
Ingrid D'Ávila (CCI)
Jefferson Almeida (RET-SUS)
José Orbílio (VDGDI)
Marise Ramos (Lateps)
Pedro Castilho (SADM)
Rosa Maria das Neves (Lic-Provoc)
Sergio Ricardo (VDPDT)
Tiago Lopes Marques (Grêmio Estudantil)
Luisa Souza Cruzeiro (Grêmio Estudantil)